



CPR JIJ
CENTRAL DE PRÁTICAS RESTAURATIVAS
DO JUIZADO REGIONAL DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DE POA

APRESENTAÇÃO

Desde março de 2005 o Programa Justiça para o Século 21 vem mobilizando e articulando a implantação, pioneira no País, das práticas da Justiça Restaurativa. A partir de um grande objetivo, o de “implantar as práticas da Justiça Restaurativa na pacificação de conflitos e violências envolvendo crianças e adolescentes”, este Programa vem introduzindo os valores, as concepções e as práticas de Justiça Restaurativa nos mais variados serviços de atuação do Sistema de Garantia de Direitos.

Tendo como foco prioritário das ações os processos de apuração de atos infracionais e o atendimento das medidas socioeducativas, o Programa originou aplicações de práticas restaurativas nos processos judiciais envolvendo adolescentes autores de atos infracionais e respectivas vítimas. Progressivamente, tais aplicações passaram a abarcar as mais diversas oportunidades de inserção da Justiça Restaurativa na qualificação dos serviços prestados pela Justiça Juvenil: da porta de entrada do atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais, no ajuste da remissão; passando pelas etapas da execução das medidas socioeducativas (em meio aberto e fechado), até o momento do desligamento de adolescentes da privação de liberdade.

Assumindo a perspectiva de atuação em rede, desde sua origem, o Programa também orientou suas iniciativas, especialmente aquelas de mobilização e formação de recursos humanos, para escolas, serviços de saúde e de assistência social. São iniciativas que se colocam em uma abordagem preventiva à inserção de adolescentes no âmbito do sistema de Justiça Juvenil e nos Programas de Atendimento Socioeducativo. O envolvimento das demais políticas de atendimento de crianças e adolescentes com os princípios e a abordagem da Justiça Restaurativa parte do pressuposto que as práticas restaurativas podem favorecer a qualificação das ações de proteção social, ampliando-se as formas de corresponsabilização na provisão de suportes socioassistenciais, familiares e da comunidade, contribuindo para a reversão de situações de vulnerabilidade social e para uma atenção integrada e integral às crianças e adolescentes.

A estruturação do Programa Justiça para o Século 21 deu-se através da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul – AJURIS, contando com apoio de órgãos



financiadores através de distintos convênios celebrados com o Ministério da Justiça, através da Secretaria da Reforma do Judiciário, do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da UNESCO – o Programa Criança Esperança, e a SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, abrindo oportunidades para um amplo leque de iniciativas englobadas pelo inicialmente denominado “Projeto Justiça para o Século 21 – Instituído Práticas Restaurativas”.

Com oito anos de existência, o anteriormente denominado Projeto Justiça para o Século 21 assumiu a forma de Programa, ultrapassando a aplicação experimental da Justiça Restaurativa na esfera da tramitação judicial. Atualmente abrange aplicações em diferentes situações de conflitos, conduzidas por diversos parceiros institucionais, tendo mobilizado um aprendizado teórico e um processo massivo de capacitações que são indispensáveis para assegurar-se um ambiente propício à materialização de novas práticas em diversos campos das políticas públicas, partindo da Justiça em direção a todo Sistema de Garantia de Direitos da Infância e Juventude. Nesta trajetória, contabilizam-se 9184 pessoas atingidas pelas atividades de formação em Justiça Restaurativa do Programa através de seus cursos presenciais. Além de formação de operadores da rede de atenção da criança e do adolescente do município de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul, outros estados foram alcançados pelas iniciativas de formação do Programa J21, a saber: Piauí, Maranhão, Pará, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Amazonas, além do Distrito Federal.

A trajetória exitosa do Programa Justiça para o Século 21 tem na Central de Práticas Restaurativas do Juizado da Infância e Juventude, a estrutura de ancoragem fundamental para o conjunto de suas ações. Em funcionamento desde 2005, a “Central de Práticas Restaurativas” foi constituída com o objetivo de sediar as ações práticas do então Projeto, sendo oficializada a partir de 2010 pelo Tribunal de Justiça como um serviço integrante da estrutura do Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre. Caracteriza-se como espaço de serviço interinstitucional, coordenado pelo Juizado da Infância e Juventude, destinado a promover as práticas restaurativas no atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Esse serviço assume as funções de: 1) capacitação em serviço, oportunizando espaço para formação continuada de novos coordenadores de práticas (reuniões de auto supervisão, campo para estágios supervisionados); 2) difusão operacional das práticas restaurativas na Rede da Infância em Porto Alegre, mediante a participação induzida de profissionais da rede de atendimento nos círculos restaurativos,



sempre que o adolescente tivesse contato com outros programas sociais antes de ingressar no ato infracional.

A partir dessa experiência, e seguindo o modelo organizacional que foi sendo sistematizado, outras instituições parceiras, como escolas, Programas de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto e de Privação de Liberdade, Serviços da Rede de Proteção Social, passaram a estabelecer as respectivas Centrais de Práticas Restaurativas,. Desde 2010, o Programa Justiça para o Século 21 passou a avançar com a criação dos Núcleos de Justiça Juvenil Restaurativa na Comunidade em quatro bairros com maiores índices de violência de Porto Alegre, atualmente com duas em funcionamento.

LEVANTAMENTO DE DADOS NUMÉRICOS DA CPR JIJ

ANO 2009

- Total de oferta de Procedimentos Restaurativos: 120

ANO 2010

- Total de oferta de Procedimentos Restaurativos: 496

ANO 2011

- Total de oferta de Procedimentos Restaurativos: 475

ANO 2012

- Total de oferta de Procedimentos Restaurativos: 369

DADOS GERAIS DE 2009, 2010, 2011, 2012

- **Tipos Infracionais de maior incidência no encaminhamento:** Lesões corporais, Produção e Tráfico Ilícito de drogas, Roubo.

- **Grau de satisfação dos participantes nos Procedimentos Restaurativos:** média de 73,10% como satisfeitos

DADOS Justiça 21

- **Número de pessoas capacitadas pelo J 21 de 2005 à 2012:** 9339
- **Estados que o J 21 foi capacitar:** Piauí, Maranhão, Pará, Espírito Santo
- **Estados que vieram se capacitar no J21:** Maranhão, Minas Gerais, Brasília, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Amazonas



● **Realizações em 2012:**

- 3º Simpósio Internacional de Justiça Restaurativa – Abordagens Transdisciplinares, 29 e 30 de outubro: encontro com juristas e cientistas sociais canadenses e norte-americanos, que trouxeram uma diversificada experiência com mais de 30 anos de experiência: Barry Stuart, Juiz no território Yukon/Canadá, palestrou sobre Processos colaborativos para responder com eficácia a questões sociais complexas. Carolyn Boyes-Watson, professora de Sociologia e diretora-fundadora do centro de Justiça restaurativa da Suffolk University, em Boston, EUA, palestrou sobre a Justiça não é um esporte para espectadores. Catherine Bergen, consultora internacional, instrutora e profissional de Justiça Restaurativa e estratégias de transformação de conflitos, palestrou sobre Justiça Restaurativa Comunitária em British Columbia: Potencialidades e desafios.
- Curso de formação para facilitador de círculos de Justiça Restaurativa e de construção de paz com a professora Kay Pranis, norte-americana;
- Curso de iniciação em Práticas Restaurativas para profissionais da cidade de Lajeado/RS;
- Curso de formação para facilitadores de círculos de Justiça Restaurativa e de construção de paz com profissionais capacitados pelo professora Kay Pranis, para profissionais da FASE-Fundação de Atendimento Socioeducativo do RS;
- Curso de iniciação em Justiça Restaurativa com profissionais capacitados pelo Programa Justiça 21, para técnicos da FASC-Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre;
- Curso de iniciação e supervisão em Justiça Restaurativa para profissionais do Estado do Pará;
- Curso de formação para treinadores em círculos de Justiça Restaurativa e de construção de paz com a professora Kay Pranis, norte-americana, na cidade de Caxias do Sul/RS.

Porto Alegre, 27 de junho de 2013.